

A EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS QUE ATUAM NO BRASIL E QUE NEGOCIAM ADRs NA BOLSA DE VALORES DOS ESTADOS UNIDOS: UMA ANÁLISE DAS DFP's (CVM) E DO RELATÓRIO 20-F (SEC)

Autores

SULIANI ROVER

Universidade Federal de Santa Catarina

JOSÉ ALONSO BORBA

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O objetivo deste estudo consiste em identificar nas Demonstrações Contábeis e nas Demonstrações Adicionais (Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado) as diferenças e semelhanças das práticas de evidenciação concernentes aos passivos ambientais entre Brasil e Estados Unidos, no período de 2002 a 2004. Tem-se ainda a preocupação de verificar se existe uma evolução, durante esses anos, na quantidade e na qualidade das informações ambientais evidenciadas pelas empresas. As companhias objeto de análise são aquelas que atuam no Brasil, submetidas à Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e que emitiram ADRs (*American Depositor Receipt*) na Bolsa de Nova Iorque (*NYSE*). O estudo caracteriza-se como exploratório descritivo. Os procedimentos adotados na coleta dos dados são bibliográfico e documental e a abordagem do problema é qualitativa e quantitativa. Na pesquisa será utilizada a técnica de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa apontam que houve uma evolução na divulgação das informações ambientais apresentadas pelas empresas pesquisadas, no período de 2002 a 2004, tanto nas demonstrações do Brasil como dos Estados Unidos. Em relação aos passivos ambientais, percebe-se que existe assimetria de informação entre os relatórios dos dois países.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Passivos ambientais. Evidenciação.

1 Introdução

A preocupação com o meio ambiente, principalmente nas últimas décadas, passou a ter repercussão cada vez maior na sociedade. As empresas e o governo passaram a ser pressionados pela sociedade em relação à questão da preservação ambiental. Além da pressão existente, as empresas perceberam que degradar o meio ambiente significava perder espaço e eficiência no mercado. Assim, as empresas começaram a se adaptar a essa realidade, passando a investir em procedimentos que reduzam os impactos que suas atividades causam ao meio ambiente e à sociedade em geral.

O aumento da preocupação com a degradação ambiental também reflete nas informações divulgadas, já que as empresas devem informar aos usuários sua conduta em relação ao meio ambiente. Desta forma, a contabilidade, ao identificar, mensurar, registrar e interpretar os fatos internos e externos das ações empresariais contribui para o relato e a evidenciação das informações ambientais.

A necessidade de divulgação da variável ambiental é um tema atual e relevante. Além de a empresa poder desenvolver práticas de gestão ambiental através da geração de

informações ambientais, a sociedade também vem exigindo que essas empresas evidenciem os impactos que suas atividades produtivas causam ao meio ambiente.

As questões ambientais, ecológicas e sociais, hoje presentes nos meios de comunicação, vêm fazendo com que os contadores e os gestores empresariais passem a considerá-las nos sistemas de gestão e de contabilidade, dando ensejo ao reconhecimento da Contabilidade Ambiental. Todavia, essa contabilidade é ainda muito pouco utilizada nas empresas, mesmo no contexto mundial. (TINOCO e KRAEMER, 2004, p.63)

A empresa tem obrigação de minimizar ou compensar os impactos causados sobre as pessoas ou ao meio ambiente. Nesse sentido, as empresas devem ser responsabilizadas pelos impactos que geram, como também divulgá-los para seus diversos *stakeholders* (pessoas e organizações que afetam ou são afetadas por suas atividades).

A contabilidade, em virtude de ser um importante instrumento de comunicação das organizações com a sociedade, encontra-se envolvida nesses questionamentos. Portanto, cabe a contabilidade gerar e divulgar as informações ambientais, nas Demonstrações Contábeis como também nas Demonstrações Adicionais.

As empresas que têm ações negociadas nas bolsas de valores são amplamente fiscalizadas. Nesse sentido, supõe-se que as informações disponibilizadas pelas empresas com ações negociadas em bolsa representam a melhor prática de evidenciação do mercado.

Considerando que as empresas atuantes no Brasil e que têm ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (BOVESPA) e de Nova Iorque (*NYSE - New York Stock Exchange*) divulgam suas demonstrações contábeis sob duas legislações distintas e que os impactos ambientais são os mesmos, o presente estudo buscará responder à seguinte questão: **quais as diferenças e semelhanças entre as demonstrações contábeis das companhias atuantes no Brasil submetidas à BOVESPA e à NYSE na evidenciação do passivo ambiental, no período de 2002 a 2004?**

O objetivo desta pesquisa consiste principalmente em investigar se e como as empresas que atuam no Brasil e que têm ADRs negociadas na Bolsa de Valores dos EUA estão evidenciando os passivos ambientais.

Para atingir o objetivo geral busca-se os seguintes objetivos específicos:

- evidenciar algumas palavras nas demonstrações contábeis e adicionais que demonstrem alguma preocupação com a questão ambiental dentro das empresas submetidas às Bolsas de Valores de São Paulo e Nova Iorque;
- identificar a prática das empresas pesquisadas a respeito da evidenciação do passivo ambiental, nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil e nos Estados Unidos (BOVESPA e *NYSE*);
- comparar as práticas das empresas pesquisadas a respeito da evidenciação do passivo ambiental; e
- comparar se houve uma evolução ou uma maior evidenciação das informações ambientais nos respectivos exercícios pesquisados (2002 a 2004).

Não é suficiente que uma empresa se afirme socialmente responsável ou ecoeficiente, é preciso que ela evidencie em suas Demonstrações Contábeis as informações pertinentes ao meio ambiente, como passivos ambientais, investimentos em meio ambiente, impactos ambientais, entre outros, e que essa intenção não seja meramente retórica.

O fato de uma empresa poluir não é necessariamente suficiente para ela decidir cuidar do meio ambiente. Este fato está vinculado [...] se existem restrições legais

para a existência dessa poluição; se essa poluição está causando prejuízos a terceiros que podem solicitar indenizações; se começa a haver restrições de mercado sobre produtos fabricados por ela que poluam o meio ambiente (FERREIRA, 2003, p. 36).

As pressões que perseguem as empresas podem vir de diversos usuários da contabilidade. E como consequência a essas pressões, a empresa começa a gerenciar as questões ambientais.

Os usuários, com destaque os investidores, requerem transparência e confiabilidade nas informações disponibilizadas pelas empresas. Nesse sentido, os usuários das informações contábeis têm o direito de saber a real situação econômica e financeira da empresa, como também, o desempenho social e ambiental.

Devido a grande relevância que o meio ambiente tem ocupado na atualidade e das pressões que vêm ocorrendo sob as empresas em divulgar suas informações ambientais, este estudo procura abordar a questão da evidenciação ambiental e dos passivos ambientais nas Demonstrações Contábeis.

2 Referencial Teórico

2.1 Contabilidade

A Contabilidade surgiu em decorrência da necessidade de o proprietário controlar seu patrimônio. Em sua forma primitiva, a ciência contábil era tão somente um meio de controle, restrita ao registro. Com o passar dos anos, como consequência da complexidade na estrutura social, política, econômica e ambiental, outros agentes passaram a ter interesse pelas informações geradas na Contabilidade: governo, investidores, fornecedores, clientes e organizações não governamentais. Esses grupos têm interesses específicos, muitas vezes antagônicos, que devem ser atendidos, tanto quanto possível, pelas informações emanadas da Contabilidade.

Diante desse quadro, a ciência contábil viu-se envolvida em discussões variadas, como na mensuração de ativos intangíveis, na reavaliação de ativos, nos efeitos de variações de preços ou impactos ambientais, uma vez que os fatos contábeis decorrem de situações reais e exigem meios adequados de evidenciação. Esta, por sua vez, é entendida como a maneira pela qual a informação é apresentada.

Como afirma Lopes de Sá (2002, p. 59), “tudo o que se relaciona com os elementos que são utilizados para suprirem as necessidades das empresas, das instituições, interessa à Contabilidade como matéria de análise sistemática”. As entidades se utilizam de recursos naturais para suprirem suas necessidades e, portanto, as repercussões ambientais das suas atividades interessam aos *stakeholders* – as pessoas e organizações que afetam ou são afetadas por suas atividades.

Para Tapscott e Ticoll (2005) algumas empresas sempre afirmaram que só devem explicações aos acionistas. Outras como a Johnson & Johnson, com seu credo corporativo da década de 1940, vêm dizendo, há gerações, que os acionistas lucram se a empresa **atender às expectativas e necessidades legítimas de seus clientes, distribuidores, fornecedores e funcionários, e das comunidades local e global em que atuam**. Ao fazer isso, a empresa tem obrigação de minimizar ou compensar suas ‘exterioridades’ negativas – impactos **nocivos sobre as pessoas ou o meio ambiente que resultam de suas atividades** (grifos nosso).

2.2 Contabilidade Ambiental

A preocupação com a degradação do meio ambiente e a necessidade de se incorporar e mensurar economicamente a variável ambiental está cada vez mais presente na sociedade. Demonstrar as alterações patrimoniais e gerar informações úteis para a tomada de decisões é um dos objetivos da contabilidade e todas as atividades que geram custos ou riscos (atuais ou potenciais) para uma organização devem ser levadas em conta e evidenciadas.

A contabilidade ambiental, segundo o entendimento de Paiva (2001, p. 12), é “a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões”. Assim, a contabilidade deve fornecer informações aos usuários que têm interesse na atuação empresarial relacionada com o meio ambiente, contribuindo, desta forma, para a tomada de decisão.

Para Tinoco (2004, p. 166-167) a contabilidade ambiental:

Destaca em particular os gastos e as ações ambientais que decorrem das atividades operacionais das empresas, ao reconhecerem a existência de compromissos com o meio ambiente; aborda, ademais, o tratamento dispensado aos eventos ambientais do processo produtivo, além de focalizar medidas preventivas que contribuam para um reforço de sua imagem perante a opinião pública, e para ajudá-las a evitar problemas legais futuros.

A disponibilidade de informações da contabilidade ambiental auxilia principalmente às decisões de nível interno da empresa, incluindo avaliação de custos e receitas relacionadas ao meio ambiente, gestão de resíduos, avaliação dos indicadores e do desempenho ambiental.

O impacto das atividades da empresa no meio ambiente deve ser evidenciado pela Contabilidade, como é destacado por Ferreira (2003, p. 108):

A Contabilidade Ambiental não é outra contabilidade; assim, todos os eventos econômicos ou fatos contábeis relativos a ações realizadas pela Entidade que, por consequência, causem impacto ao meio ambiente, devem ser reconhecidos e registrados pelo sistema contábil. Portanto, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício e demais informes, as Notas Explicativas e, quando houver, o Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado são as peças contábeis adequadas para evidenciar como essa questão está sendo tratada pela organização.

No estudo desenvolvido pelo *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standard of Accounting and Reporting* (UNCTAD/ISAR, 1997, p. 6-7) são abordados alguns termos relacionados à contabilidade ambiental:

- **Custos ambientais:** compreendem os custos das medidas adotadas ou que devem ser adotadas, para a gestão ambientalmente responsável dos gastos ambientais das atividades empresariais.
- **Ativos ambientais:** são custos ambientais capitalizados e amortizados em exercícios atuais ou futuros, sempre que satisfazem os critérios para o reconhecimento de ativos.

- **Passivos ambientais:** são obrigações relacionadas com os custos ambientais de uma empresa, que satisfazem os critérios para o reconhecimento como passivos.

A contabilidade ambiental tem como função evidenciar como as empresas estão tratando a questão ambiental destacando assim, custos, ativos e passivos ambientais decorrentes das atividades operacionais das empresas nas demonstrações contábeis.

2.2 Passivo Ambiental

O Ibracon, de acordo com a Norma e Procedimento de Auditoria NPA 11 – Balanço e Ecologia (2000), conceitua o passivo ambiental “como toda agressão que se praticou/pratica contra o Meio Ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”. Segundo a mesma Norma “uma empresa tem Passivo Ambiental quando ela agride, de algum modo e/ou ação, o Meio Ambiente, e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação, aprovado oficialmente ou de sua própria decisão”.

Segundo Ribeiro e Souza (2003, p. 3):

O passivo ambiental representa o sacrifício de benefícios econômicos que serão realizados para a preservação, recuperação e proteção do meio ambiente de forma a permitir a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e o meio ecológico ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação às questões ambientais.

A origem de um passivo ambiental pode ser em decorrência de um evento ou uma transação que reflita a interação da organização com o meio ambiente, cujo sacrifício econômico ocorrerá no futuro. Assim para Ribeiro e Lisboa (2000, p. 3) um passivo ambiental terá origem com:

- aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais;
- aquisição insumos que serão inseridos no processo operacional para que este não produza resíduos tóxicos;
- despesas de manutenção e operação de gestão ambiental;
- gastos para recuperação e tratamento de áreas contaminadas;
- pagamento de multas por infrações ambientais;
- gastos para compensar danos irreversíveis, inclusive os relacionados à tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa perante a opinião pública, etc.

2.2.1 Mensuração do Passivo Ambiental

Em relação à quantificação dos eventos ambientais, Tinoco e Kraemer (2004, p.168) afirmam que “existem poucos dados quantitativos disponíveis sobre o valor econômico e social total da informação de custos ambientais, já que as empresas, em sua maioria, não os divulgam e muitas não os apuram”. Esses custos ambientais, caso não reconhecidos no momento de seu fato gerador, representarão, no futuro, passivos ambientais não reconhecidos, ou seja, repercutirão negativamente.

Assim, deve-se reconhecer um passivo ambiental quando a empresa tem a obrigação de cobrir um custo ambiental.

A Contabilidade, como meio de informações das transações e eventos econômicos, passíveis de mensuração, realizados pelas empresas e entidades, não pode ficar à margem das discussões sobre os problemas ecológicos e a busca de meios para resolvê-los. A abordagem social da contabilidade obriga-a a participar ativamente da pesquisa sobre como informar os eventos realizados pelas organizações que podem afetar o meio ambiente e, concomitantemente, cuidar da mensuração desses eventos (FEREIRA, 2003, p.7).

A divulgação das informações relativas a custos e passivos ambientais é importante para esclarecer ou explicar a obtenção do resultado, como também das contas do Balanço Patrimonial. Para decidir o que deve ser divulgado é preciso examinar a relevância da informação, levando em consideração a importância quantitativa e do tipo de informação (UNCTAD/ISAR, 1997, p.13).

O *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standard of Accounting and Reporting* refere-se também sobre a divulgação de um passivo ambiental, onde deve-se fazer uma breve descrição da natureza do passivo e uma indicação geral da data e das condições para a sua liquidação. Quando houver algum tipo de incerteza, quanto o valor ou a data para sua liquidação, também deverá ser informado (UNCTAD/ISAR, 1997, p.14).

3 Metodologia

A metodologia utilizada no estudo foi a exploratória/descritiva. Segundo Gil (2002, p. 41) as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

As pesquisas descritivas de acordo com Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Na definição de Beuren e Raupp (2003, p. 83), “os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados”. No presente estudo foram empregados na coleta de dados os procedimentos de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Silva (2003, p. 60), “explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos”.

A pesquisa documental, conforme Gil (2002, p. 45), “vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. A escolha desse procedimento para a realização deste trabalho deve-se à necessidade de utilização das Demonstrações Contábeis das empresas.

O acesso às Demonstrações Contábeis foi por meio da internet, com a consulta nos *sites* das empresas. Foram analisados, neste estudo, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e divulgadas no Brasil e os Relatórios 20-F apresentados à *Securities and Exchange Commission* (SEC) e divulgados nos Estados Unidos, referentes ao período de 2002, 2003 e 2004.

Em relação ao critério para seleção das empresas, inicialmente foram identificadas, no *site* da NYSE, quais atuam no Brasil. Essas companhias possuem ADRs – *American Depositor Receipt*. Estes, por sua vez, são divididos em três níveis: I, II, III. As empresas que

possuem ADR I não precisam atender às normas contábeis da SEC. Por essa razão, as empresas nesse nível não serão analisadas neste trabalho. As detentoras de ADR II devem publicar suas demonstrações financeiras de acordo com as normas da SEC, adotando os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos dos Estados Unidos (USGAAP). Embora não possam emitir novos papéis para a captação de recursos, é permitida a negociação em bolsa. As empresas classificadas com ADR III devem atender os requisitos da SEC e das bolsas, têm como objetivo a captação de recursos, devem prever um programa de divulgação institucional de alta qualidade e estão totalmente sujeitas ao atendimento às exigências da SEC.

Assim, as empresas pesquisadas são aquelas que possuem nível de ADR II e III, que atendem os requisitos da SEC, e atuam no Brasil submetidas às Bolsas de Valores de São Paulo (BOVESPA) e Nova Iorque (NYSE). Doze empresas foram analisadas: Ambev - Companhia de Bebidas das Américas, Aracruz Celulose, Braskem S.A., Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Companhia Vale do Rio Doce, Gerdau S.A., Perdigão S.A., Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, Sadia S.A. e Ultrapar Participações S.A..

Para diagnosticar como está ocorrendo a evidenciação ambiental nas empresas, optou-se pela análise de conteúdo das Demonstrações Contábeis e Adicionais.

De acordo com Nossa (2002, p. 172), “a análise de conteúdo é uma das várias técnicas que pode ser utilizada na análise de textos”. Bardin (2004, p. 37), a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Optou-se, como unidade de registro, pela utilização de palavras para a codificação e quantificação da evidenciação. Para a realização da análise de conteúdo procedeu-se a contagem das palavras relacionadas à questão ambiental nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) submetidas às normas da CVM e nos Formulários 20-F submetidos às normas da SEC, do período de 2002 a 2004, das empresas listadas na NYSE que possuem Nível II ou III de ADR e são propensas a poluir o meio ambiente.

O Quadro 1 apresenta a relação das palavras evidenciadas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e nos Formulários 20-F.

Meio Ambiente/Ambiental	Desenvolvimento Sustentável
Investimentos em Meio Ambiente	Recursos Naturais
Gestão Ambiental	Emissão de Poluentes
Política Ambiental	Impacto Ambiental
Responsabilidade Ambiental	Riscos Ambientais
Educação Ambiental	Passivos Ambientais
Preservação Ambiental	Provisões Ambientais
Proteção Ambiental	Contingências Ambientais
ISO 14.001	Custos Ambientais
Legislação Ambiental	Danos Ambientais

Fonte: Borba e Nazário, 2003.

Quadro 1 – Relação das palavras que referem-se a questão ambiental.

Neste sentido, com base nas várias pesquisas que abordaram o *disclosure* ambiental com a utilização da análise de conteúdo acredita-se que será possível conhecer suas aplicações, avaliar os resultados e traçar uma estrutura para o desenvolvimento deste trabalho.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa e quantitativa. De acordo com Beuren e Raupp (2003, p. 92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. Já a pesquisa quantitativa, segundo Beuren e Raupp (2003, p. 92) “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados”. Na pesquisa quantitativa utiliza-se técnicas estatísticas como percentual, média, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outras.

4 Descrição e Análise dos Dados

No ano de 2006, trinta e sete empresas negociam ações na NYSE. Destas empresas, apenas compuseram a amostra do estudo as empresas que apresentassem o nível II ou III de ADR, já que atendem com maior rigorosidade as exigências da SEC.

O Quadro 2 apresenta a amostra das empresas que compuseram o estudo, com seus respectivos ramos de atuação e níveis de ADR.

Empresas	Ramo de atividade	ADR
Ambev - Companhia de Bebidas das Américas	Bebidas	II
Aracruz Celulose	Papel e Celulose	III
Braskem S.A.	Produtos químicos	II
Companhia Brasileira de Distribuição	Atacado e varejo de alimentos	III
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	Eletricidade	II
Companhia Vale do Rio Doce	Aço	II
Gerdau S.A.	Aço	II
Perdigão S.A.	Produtos alimentares	II
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Petróleo	III
SABESP	Saneamento	III
Sadia S.A.	Produtos alimentares	II
Ultrapar Participações S.A.	Produtos químicos	II

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 2 – Empresas pesquisadas, ramo de atuação e nível de ADR.

A Tabela 1 apresenta o número de palavras evidenciadas nas Demonstrações Contábeis pelas empresas, em relação à preocupação com a questão ambiental, nos exercícios financeiros de 2002 a 2004.

Tabela 1 - Número de palavras evidenciadas pelas empresas nos anos de 2002 a 2004.

Empresas pesquisadas	SEC			CVM		
	2004	2003	2002	2004	2003	2002
Ambev - Companhia de Bebidas das Américas	22	31	38	0	0	0
Aracruz Celulose	58	42	43	24	15	23
Braskem S.A.	78	75	73	35	33	13
Companhia Brasileira de Distribuição	5	2	2	13	17	1
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	153	162	104	49	26	26
Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	84	77	68	13	15	10
Gerdau S.A.	36	44	39	11	13	0
Perdigão S.A.	22	26	20	6	4	5

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	166	156	123	119	97	89
SABESP	101	71	77	66	69	34
Sadia S.A.	33	22	27	4	4	4
Ultrapar Participações S.A.	43	47	47	0	7	7
TOTAL	801	755	661	340	300	212

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se após comparar o grau de evidência das informações ambientais que há uma evolução na apresentação dessas informações tanto na SEC como na CVM no período pesquisado.

Verifica-se também que os relatórios que seguem as normas da comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos evidenciam num grau relativamente maior suas informações ambientais do que os relatórios brasileiros.

O Quadro 3 apresenta a evidência pelas empresas dos passivos ambientais.

DESCRIÇÃO	Formulários	Período	Ambev	Aracruz	Braskem	CBD	Cemig	CVRD	Gerdau	Perdigão	Petrobras	Sabesp	Sadia	Ultrapar
Ocorrência da expressão "passivo ambiental"	SEC	2002						X	X					X
		2003			X			X	X					X
		2004			X			X	X		X			X
	CVM	2002						X			X			
		2003						X						
		2004						X				X		
Informações sobre passivo ambiental nas Demonstrações Contábeis propriamente ditas	SEC	2002						X	X					
		2003						X	X					
		2004							X	X				
	CVM	2002						X						
		2003						X						
		2004						X				X		
Ocorrência de quantificação do passivo ambiental	SEC	2002						X	X					
		2003						X	X					
		2004							X	X				
	CVM	2002						X						
		2003						X						
		2004						X				X		

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 3 – Evidência dos passivos ambientais.

Em relação à questão do passivo ambiental, do total das empresas pesquisadas seis evidenciaram a expressão 'passivos ambientais' em seus relatórios.

A Braskem S.A., tanto em seu Formulário 20-F (SEC) de 2003 como de 2004, apesar de apresentar a expressão referente ao passivo ambiental, relata que suas operações em curso não têm nenhuma obrigação futura relevante no que tange ao meio ambiente.

A Companhia Vale do Rio Doce foi a única empresa a evidenciar seus passivos ambientais tanto nas Demonstrações Contábeis divulgadas no Brasil como nos Estados Unidos. No Formulário 20-F de 2002, a empresa havia provisionado os passivos ambientais,

no montante de US\$ 15 milhões, relativos à recuperação de áreas degradadas nas minas já encerradas ou aquelas que esperam encerrar nos próximos dois anos. A companhia ressalta que utilizou diversos julgamentos e hipóteses quando mensurou o passivo ambiental. Os passivos ambientais em 2003 totalizaram US\$ 81 milhões e em 2004 atingiu o valor de US\$ 134 milhões. Nos relatórios que seguem as normas da CVM, a empresa também evidenciou e quantificou seus passivos ambientais. Em 2002 a provisão para passivos ambientais corresponde ao montante de R\$ 52 milhões (R\$ 66 em 31/12/01), classificada em “Outros” no exigível a longo prazo. Já em 2003, corresponde ao montante de R\$ 232 milhões e em 2004, ao montante de R\$ 255 milhões classificado em “Provisão para passivos ambientais” no exigível a longo prazo.

A Gerdau S.A. registrou provisão para potenciais passivos ambientais, nos relatórios apresentados à SEC, no período de 2002 a 2004. A companhia estimou como passivo ambiental em 31 de dezembro de 2002 US\$ 6.3 milhões e um passivo adicional de US\$ 8.6 milhões foi registrado em 2002 a respeito de certas obrigações ambientais decorrentes da mudança de controle da Co-Steel em certas jurisdições onde a Co-Steel operava. Assim, em 2002, os passivos ambientais totalizaram US\$ 14.9 milhões. Em 2003, a Gerdau estimou em US\$ 13.6 milhões seus passivos ambientais, registrando-os como outros passivos não circulantes. Já em 2004 o montante foi de US\$ 16 milhões.

Apesar da Gerdau desenvolver sua atividade, siderurgia, tanto na América do Sul como na América do Norte a companhia apresenta uma incoerência nos relatórios 20-F de 2003 e 2004, especificamente nas notas explicativas, que “não tem conhecimento de custos com remediação ambiental ou passivo em relação às suas operações fora dos Estados Unidos e Canadá”.

A Petrobras ressaltou no relatório 20-F de 2004 que entre as principais práticas contábeis tem-se a inclusão das estimativas de obrigações ambientais. Entretanto, o montante destas obrigações aparentemente não foi divulgado. Na DFP de 2002, foi verificada a ocorrência da expressão passivos ambientais, porém nenhum registro ou valor foi informado.

A Sabesp relatou na DFP de 2004 no Balanço Patrimonial seus passivos ambientais, informando o montante de R\$ 17.884 mil, R\$ 4.412 mil e R\$ 2.924 mil, correspondendo respectivamente aos anos de 2004, 2003 e 2002.

A Ultrapar Participações S.A. apresentou nos Formulários 20-F dos três anos a expressão passivos ambientais, entretanto não houve a quantificação.

5 Considerações Finais

Este artigo procurou abordar a questão ambiental nas empresas que negociam ações na NYSE e possuem níveis de ADR II ou III. Os resultados da pesquisa apontam que houve uma evolução na divulgação das informações ambientais apresentadas pelas empresas pesquisadas, no período de 2002 a 2004, tanto na comissão de valores mobiliários do Brasil como dos Estados Unidos.

Com relação às Demonstrações Contábeis anuais, embora possuam certa padronização no que se refere à apresentação geral das informações financeiras, o mesmo parece não ocorrer com o conteúdo das informações do meio ambiente.

As informações ambientais foram encontradas principalmente no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas. Nas Demonstrações Contábeis propriamente ditas foram evidenciadas informações ambientais no Balanço Patrimonial e na Demonstração das

Mutações do Patrimônio Líquido. No Brasil, destacam-se as informações ambientais nas Demonstrações Adicionais, Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado, onde também se verificou a incidência das palavras.

Em relação à questão do passivo ambiental, das doze empresas pesquisadas seis evidenciaram a expressão 'passivos ambientais' em seus relatórios. A Companhia Vale do Rio Doce foi a única empresa a evidenciar seus passivos ambientais tanto nas Demonstrações Contábeis do Brasil como dos Estados Unidos. A Gerdau apresentou apenas seus passivos ambientais nos relatórios sob as normas da SEC, enquanto que a Sabesp ressaltou na DFP de 2004 a quantificação dos passivos ambientais dos anos de 2002, 2003 e 2004. As demais empresas, Braskem, Petrobras e Ultrapar, apesar de terem mencionado os passivos ambientais, aparentemente, não quantificaram.

O relato e a tentativa de quantificação das responsabilidades contingenciais das atividades empresariais é de extrema relevância. Numa sociedade que se fundamenta na transparência, na responsabilidade social e na governança corporativa precisa-se conhecer como os passivos ambientais estão sendo evidenciados no Brasil.

As empresas que utilizam as Demonstrações Contábeis, os Relatórios de Sustentabilidade, os Balanços Sociais e a Demonstração do Valor Adicionado como meros instrumentos de promoção e marketing podem estar aumentando o risco para seus acionistas, para a sociedade e conseqüentemente, para elas mesmas.

REFERÊNCIAS

- AMBEV - Companhia de Bebidas das Américas. Disponível em: <www.ambev-ir.com>. Acesso em: 19 jan. 2006.
- ARACRUZ CELULOSE S.A. Disponível em: <www.aracruz.com.br>. Acesso em: 19 Jan. 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.
- BENNETT, M.; BOUMA, J.; WOLTERS, T. The development of environmental management accounting: general introduction and critical review. **Environmental Management Accounting: Information and Institutional Development**. Kluwer Academic Publishers. p. 1-18, 2002.
- BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BORBA, José Alonso; NAZÁRIO, Leslie. Contabilidade ambiental: a preocupação empresarial com o meio ambiente através da evidenciação da terminologia comumente empregada nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil. In: ENANPAD, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2003. 1, CD-ROM.
- BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em: <www.bovespa.com.br> . Acesso em: 17 jan. 2006.
- BRASKEM S.A. Disponível em: <www.braskem.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2006.
- CBD – Companhia Brasileira de Distribuição. Disponível em: <www.cbd-ri.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2006.
- CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais. Disponível em: <www.cemig.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2006.
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Parecer de orientação nº15/87**. Disponível em:<www.cvm.gov.br >. Acesso em: 08 fev. 2006.
- FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003. 138 p.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.
- GERDAU S.A. Disponível em: <www.gerdau.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBRACON. **NPA 11 – Normas e Procedimentos de Auditoria – Balanço e Ecologia**. São Paulo: Ibracon, 2000.
- KIM, J. A guideline for the measurement and reporting of environmental costs. **Environmental Management Accounting: Information and Institutional Development**. Kluwer Academic Publishers. p. 51-65, 2002.
- KOKUBU, K.; KURASAKA, T. Corporate environmental accounting: a Japanese perspective. **Environmental Management Accounting: Information and Institutional Development**. Kluwer Academic Publishers. p. 1-18, 2002.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade ambiental como sistema de informações. **Revista Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, n.º 09, p. 19-26, agosto-outubro de 2000.

KUASIRIKUN, N. Attitudes to the development and implementation of social and environmental accounting in Thailand . **Critical Perspectives on Accounting**, v. 16, n. 8, p. 1035-1057, nov 2005.

HASSELDINE, J; SALAMA, A; TOMS, J. Quantity versus quality: the impact of environment disclosures on the reputation of UK Plcs. **The British Accounting Review**. v. 37, n. 2, p. 231-248, 2005.

LEONARDO, Vera Sirlene. **A contabilidade e o meio ambiente: uma visão das indústrias químicas certificadas pela ISO 14000**. 2001. 164p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.

LOIKKANEN, T.; KATAJAJUURI, J. Towards transparent information on the environmental quality of products – LCA-based data production for the Finnish foodstuff industry. **Environmental Management Accounting: Information and Institutional Development**. Kluwer Academic Publishers. p. 249-252, 2002.

LUDEVID, Manuel. **La gestión ambiental de la empresa**. Barcelona: Ariel, 2000. 254 p.

MONTEIRO, Paulo Roberto Anderson. **A APLICAÇÃO DO MODELO DO ISAR NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: uma análise das DFP's e dos Relatórios 20-F das S.A. brasileiras emissoras de ADR's referentes ao exercício social de 2003**. 2006. 156p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. 246 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

NOSSA, Valcemiro; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Uma análise do conteúdo do disclosure ambiental de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional *In: ENANPAD*, 27., 2003, Atibaia. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2003. 1, CD-ROM

NYSE - New York Stock Exchange. Disponível em: <www.nyse.com>. Acesso em: 17 jan. 2006.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Evidenciação de gastos ambientais: uma pesquisa exploratória no setor de celulose e papel**. 2001. 161 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

PERDIGÃO S.A. Disponível em: <www.perdigão.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2006.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. Disponível em: <www.petrobras.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. **Passivo ambiental**. Brasília: Revista Brasileira de Contabilidade Suplemento Especial. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, Goiânia, 2000. Ano XXIX, nº 126, nov/dez 2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza; SOUZA, Ana Lucia Bertoli de. Passivo ambiental: estudo de caso da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás. A repercussão ambiental dos acidentes ocorridos nas

Demonstrações Contábeis. *In*: ENANPAD, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2003. 1, CD-ROM

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SABESP S.A. - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.sabesp.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2006.

SADIA S.A. Disponível em: <www.sadia.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2006.

SILVA, Antônio Carlos R. da. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

TAPSCOTT, Don; TICOLL, David. **A empresa transparente: Como a Era da Transparência Revolucionará os Negócios**. São Paulo: M. Books, 2005.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004. 303 p.

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. Disponível em: <www.ultra.com.br>. Acesso em: 12 fev 2006.

UNCTAD/ISAR – United Nations Conference on Trade and Development/Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting. **Environmental financial accounting and reporting at the corporate level**. Geneva: United Nations, 1997. Disponível em: <<http://www.unctad.org/en/docs/c2isard2.en.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2005.

VALE DO RIO DOCE – Companhia Vale do Rio Doce. Disponível em: <www.cvrld.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.